

Psicologia cultural: tem a psicanálise alguma coisa a dizer sobre isso?

José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

E-mail: jfbairrao@ffclrp.usp.br

Resumo: A psicologia “científica” moderna já nasce cindida, com Wundt. Houve e continua a haver muitas psicologias concorrentes, cuja mínima característica em comum talvez seja a preocupação em compensar a falta de consenso relativamente a objeto e procedimentos por meio da exibição persistente e reiterada de tentativas de fundamentação teórica e justificativas das suas metodologias. A psicanálise, desde cedo, foi proposta e percebida como o auspicioso surgimento de uma psicologia original, capaz de atender a expectativas de rigor epistemológico que propiciassem uma ruptura com o passado metafísico da psicologia e que levassem a uma superação de vieses fisicalistas, ontem e hoje persistentes na psicologia, eles próprios uma tentativa malograda de escapar daquela herança. Pelo menos foi essa a aposta empreendida por um intelectual como Lacan, que acabaria por dedicar toda a sua vida ao desenvolvimento desse propósito. Não obstante, ao ser levado às suas últimas conseqüências, esse projeto mostrou-se incapaz de cumprir essa promessa, o que ocasionou a desistência lacaniana de toda e qualquer veleidade de fundação de uma psicologia, levou à denúncia de todo e qualquer intento de assimilação da psicanálise à psicologia e conduziu à reformulação de conceitos psicanalíticos nos termos de um vocabulário mais propriamente semiótico do que psicológico. Nas últimas décadas, porém, alguns psicólogos começaram a manifestar uma insatisfação com o alicerçamento, ainda hegemônico, da sua disciplina em substratos comportamentais e/ou neurocognitivos. Os ensaios nessa direção muito comumente referem-se a si mesmos como inscritos na proposta

de criação de uma psicologia cultural. Tendem a um questionamento da naturalidade e universalidade do “psíquico” e a uma valorização do campo da linguagem como base para o soerguimento da ciência psicológica, que poderá culminar numa nova interpelação entre psicanálise (lacaniana) e psicologia. O objetivo deste artigo é apontar e refletir algumas condições para um hipotético diálogo entre a psicanálise (lacaniana) e o projeto de refundação da psicologia propugnado pela proposta de uma psicologia cultural.

Palavras-chave: psicologia cultural; etnopsicologia; psicanálise; epistemologia da psicologia; filosofia da psicanálise.

Abstract: Modern “scientific” psychology is, in its origin, split with Wundt. There were and there still are many competing psychologies, whose minimum common characteristic is perhaps the concern with compensating the lack of agreement on object and procedures, by means of persistent and reiterated exhibition of attempts to theoretical grounding and justifications for their methodologies. Psychoanalysis, since its beginning, was proposed and perceived as the auspicious arising of an original psychology, capable of catering to the expectations of epistemological rigor which could provide a rupture with its metaphysical past and able to provide an overcoming of physicalistic tendencies, yesterday and today persistent in psychology, as a frustrated attempt to escape from that heritage. At least this was the bet made by an intellectual such as Lacan, who dedicated all his life to its development. However, taken to its last consequences, this project has proved to be unable to keep this promise. This fact caused Lacan to give up on any desire of grounding psychology and to renounce any intent to assimilate psychoanalysis to psychology, and lead to the reformulation of psychoanalytical concepts in terms of a vocabulary which is more properly semiotic than psychological. In the last decades, some psychologists started to show dissatisfaction with the grounding, still hegemonic, of their discipline in behavioral and/or neurocognitive substrates. The essays in this direction very commonly refer to themselves as inscribed in the proposal of creating

a Cultural Psychology. They tend to question the naturality and the universality of the “psychic” and to value the field of language as a ground to the arising of psychological science, which could culminate in a new interpellation between psychoanalysis (Lacanian) and psychology. The objective of this paper is to point out and to reflect upon some conditions to a hypothetical dialogue between (Lacanian) psychoanalysis and the project of refounding psychology defended by the proposal of a Cultural Psychology.

Key-words: Cultural Psychology; Ethnopsychology; Psychoanalysis; Epistemology of Psychology; Philosophy of Psychoanalysis.

Introdução

Neste artigo, exploram-se possíveis direções de diálogo epistemológico entre psicologia e psicanálise (lacaniana), com base nos desenvolvimentos atuais da psicologia, que, no seu conjunto, mudam substancialmente o quadro daquela ciência, em função do qual Lacan foi levado a se pronunciar de maneira bastante desfavorável a ela.

A presente direção de pesquisa deve-se a três fatores. Em primeiro lugar, a uma das hipóteses defendidas numa tese, a respeito do afastamento lacaniano do vocabulário e do campo da psicologia. Em segundo lugar, ao interesse em explorar algumas das conseqüências desse afastamento, relativas ao estatuto do significante em psicanálise, que não apenas o afastam da psicologia, mas também da lingüística, numa direção alternativa à tendência hoje preponderante entre lacanianos, que tende a introduzir a ciência do signo verbal no campo do objeto da psicologia, não renunciando a nenhuma das duas e, provavelmente, não fazendo jus nem a uma nem a outra. Em terceiro lugar, à convicção de que boa parte da melhor investigação psicanalítica, que não se limitou a ser psicologia clínica, dialogou com a antropologia da sua época (vide, por exemplo, Dieterlen 1973), caminho que a psicologia contemporânea, finalmente, também parece estar decidida a percorrer (Lillard 1998).

Esse programa cumpre-se em três partes. Inicialmente, resgatam-se esquematicamente os passos que conduzem Lacan à psicanálise e o afastam da psicologia. Em seguida, sumarizam-se pontos cruciais da arquitetura epistemológica de uma nova disciplina psicológica ou de resgate de uma vertente geralmente desconsiderada da antiga – muito menos atolada numa naturalização do psíquico ou na sua redução ao comportamental, ou mesmo delas desprendidas –, que se concebem como atinentes ao projeto de fundação de uma psicologia cultural. Finalmente, mediante a seleção de alguns possíveis pontos de articulação entre psicologia cultural e psicanálise lacaniana, apontam-se alguns subsídios críticos que a psicanálise lacaniana poderia aportar a esse esforço teórico e, dada a proposta de uma nova configuração epistemológica da psicologia, examina-se se, em alguma medida, ela poderia levar a uma retomada da discussão do estatuto (não psicológico) da primeira.

Formação e insucesso da psicologia lacaniana

O projeto lacaniano de fundação da psicologia

Como é sabido, na esteira de outros franceses, Lacan recrimina a psicologia inspirada nos procedimentos metodológicos bem-sucedidos nas ciências naturais e propõe-se a elaborar, claramente influenciado pela fenomenologia ou, mais especificamente, pelo projeto politzeriano, uma “psicologia concreta”, entendida como ciência da personalidade. Personalidade que é descrita como comportando, interdependentemente, uma função de síntese, intencionalidade e responsabilidade. Processos mentais e realidade vivida estariam intencionalmente imbricados e os fenômenos psíquicos seriam atos que implicariam a consciência, também na qualidade de agente moral.

O psiquiatra Lacan sublinha a qualidade cognitiva dos fenômenos mentais, que implicitamente comportaria hipóteses sobre o mundo

e interpretações implícitas do sentido da experiência, mesmo na loucura. Habitar-se-ia um mundo de sentido e, psiquicamente, reiterar-se-ia a sua produção. O psicólogo Lacan é um construtivista *avant la lettre*.

O ponto nevralgico dessa psicologia, ao mesmo tempo imediatamente acessível à consciência e concomitantemente capaz de explicar o conjunto dos fenômenos psíquicos, seria a imagem, sentido e sensação concomitantes, cuja vivência se subordinaria a uma ordenação temporal. A regulação temporal da incidência e ação das imagens seria incumbência dos complexos, que reproduziriam um estado de amadurecimento do sujeito cognitivo e uma correlata elaboração da realidade. Conhecimento e realidade seriam duas facetas de um único processo. Cada complexo dependeria da correlativa inscrição, no sujeito e no âmago do seu funcionamento, de um tipo ou classe de imagens muito especial que, por não serem imediatamente dadas à consciência, sob a pena de Freud recebem o nome de “representações inconscientes”. Mas, para Lacan, originalmente um psiquiatra fenomenólogo convicto, nem essa expressão, e muito menos o suposto descabimento do conceito que ela poderia significar, são aceitáveis.

Uma possível saída é dada pelo componente temporal do complexo. “Inconsciente” seria uma forma típica de seleção e sucessão de imagens (conscientes) pertinentes a determinado complexo, e não um atributo de uma classe de imagens (Bairrão 2003a). O núcleo de cada complexo não seria uma representação inconsciente, mas uma forma de classificação e de ordenação temporal de imagens. Por exemplo, a ausência-representação do seio materno seria uma elaboração retrospectiva que resumiria e sintetizaria a experiência humana, temporal e recorrente, de uma série efetiva de ausências e presenças de um outrem, nutriente; ou seja, condensaria as experiências de fome e de satisfação.

Mas, será que o empreendimento de “re-conceituar” o vocabulário freudiano em termos palatáveis ao gosto fenomenológico será bem-sucedido nesse caso, como o foi em tantos outros? A representação inconsciente, a imago, poderá esvaziar-se num esquema de imagens, em

si mesmo sem conteúdo, mas tipificante de modelos de ação (o complexo)? Caso contrário, a psicologia que Lacan soerguera com base na psicanálise freudiana será insuficiente para estar à altura dos seus critérios epistemológicos e o seu projeto de fundação da ciência estará condenado ao fracasso.

Irredutibilidade do inconsciente e desistência da psicologia

A resposta é não

Lacan não consegue explicar como uma mera forma de ação – que *a posteriori* se modela como representação do objeto do desejo, mas é um produto lógico e histórico do processo – pode estar no princípio da ação e orientar o sujeito para uma satisfação. Uma vez que o fim da ação não se conforma ao conscientemente representado, forçoso é admitir que, de alguma outra forma, o sujeito foi guiado pelo que desconhece e não se oferece à consciência. A psicanálise, auspiciada como materialização de uma psicologia concreta, mostra-se insuficiente para dar conta do determinismo psíquico, sem fazer intervir um elemento extrínseco ao fenomenal (Lacan 1966). Logo, ela não é suficiente para a construção de uma psicologia cujo objeto e princípios possam integralmente fundar-se no território da consciência; para Lacan, sem isso, nenhuma psicologia vale a pena.

Mas, dados os méritos da psicanálise, em vez de procurar-lhe alternativas, Lacan se convence da inviabilidade de uma ciência psicológica. Torna-se um psicanalista descrente da psicologia e, mais ainda, da sua cientificidade. Nota-se que Lacan torna-se psicanalista graças ao inconsciente e contra o inconsciente psiquicamente concebido (ibid. 2004).

A guinada semiótica: um “estilo” de psicanálise avesso ao psicológico

De fato, não desiste de reinterpretar o vocabulário e os conceitos da psicanálise que recebe de Freud, mas não mais na direção de fundamentar uma psicologia. O ofício psicanalítico será reconcebido como a perseguição das pistas materiais e públicas que permitam inferir (ouvir) a produção de sentidos reveladores de um sujeito, não transparente, correlativo de um objeto, desconhecido, por um procedimento de natureza assumidamente semiótica, sem a necessidade de recorrer a noções “impróprias” como “representação inconsciente”.

Os fundamentos, termos e meios da psicanálise lacaniana não são mais os da psicologia. O inconsciente passa a ser lugar de enunciação de natureza desconhecida, sendo impossível afirmá-la como psíquica ou outra qualquer. De fato, qualquer projeto cognitivo, no sentido forte, está comprometido (ibid.).

O sujeito apenas percebe e se recebe de fora da consciência, pelos meios da mediação simbólica, tão mal compreendida e confundida com o objeto da ciência lingüística pela posteridade lacaniana. Os meios da audição do inconsciente, metaforicamente entendida, passam a ser os da teoria literária e da semiótica, que não são os de uma ciência do comportamento (Lacan 2001). Dependem muito da incidência viva dos restos do morto, da cultura genericamente entendida como experiência social e legado das gerações passadas, e pouco ou nada de uma natureza psicobiológica qualquer.

Esboços de psicologia cultural

A narrativa na psicologia cultural de Jerome Bruner

Bruner, o primeiro psicólogo cultural cujas teses consideraremos, nega existir uma coisa tal como uma natureza humana separada da cul-

tura e afirma que a participação do homem nesta e a realização dos seus poderes mentais através dela tornam impossível construir uma psicologia humana baseada apenas no indivíduo.

O valor do outro e da sua mediação na constituição do pensamento (e do sujeito) também são um ponto amplamente sublinhado na psicanálise lacaniana, não obstante a camisa-de-força a que é reduzida no dispositivo clínico “confessional” do consultório. A psicologia bruneriana também se aproxima da lacaniana ao enfatizar serem a experiência e a ação humanas formadas pelos nossos estados intencionais (Bruner 2002).

Tal como era o caso para a psicologia de Lacan (que de certa forma se prolongará na sua psicanálise), para Bruner, uma psicologia cultural não estará preocupada com comportamentos, mas com ações, sua contrapartida intencionalmente fundada. E, mais especificamente, com ações situadas em um cenário cultural e nos estados intencionais mutuamente interagentes dos participantes.

Segundo Bruner, o significado é onipresente em psicologia e, de certa forma, a caracteriza e impossibilita que se a refira a comportamento, tese que Lacan endossaria; mas, aparentemente, o primeiro não se dá conta de que a estrutura de uma ação é a de um dizer e que dizer pode ser agir. O significado é entendido como público e compartilhado, e a forma privilegiada dessa participação do lingüístico e semiótico na vida psíquica se daria na forma da narrativa.

Entre as propriedades desse gênero discursivo, sublinha que as narrativas lidam com a ação e com a intencionalidade; articulam sequencialmente uma série de eventos, podem mudar o passado e dar sentido ao presente; estabelecem pontes entre o mundo mais canônico da cultura e o mundo idiossincrático dos desejos, esperanças, crenças (ibid. 1990). As narrativas têm personagens e sujeitos. Por seu intermédio, há uma chance de tomar o fenômeno psicológico no quadro de uma interlocução, nucleado num agente, não como objeto comportamental. Ou seja, Bruner reconhece que o objeto da psicologia humana é uma pessoa, outro, interlocutor – tema igualmente caro à crítica psicanalítica da psicologia.

Dentre os subgêneros narrativos, Bruner indica como de especial relevo para a psicologia o relato biográfico, no qual narrador e personagem tendem a se identificar (embora sabidamente, de uma perspectiva psicanalítica, este caso esteja longe de ser o único nesse gênero, bem como a identidade possa ser enganosa).

Um ponto crucial de aproximação com a psicanálise lacaniana é o reconhecimento do valor do deslocamento do significado da esfera da intimidade pública do psíquico para a esfera pública e compartilhada da cultura, materializada na comunicação e em outras formas de participação em linguagens e na cultura. No entanto, o deslocamento da interioridade psíquica para a esfera pública da mediação simbólica, contrariamente a Lacan, não o coage a abandonar o território do psicológico nem a prescindir da noção de mente.

O retorno do recalcado segundo Michael Cole

Cole apóia-se na história da psicologia para advogar que muitas coisas a serem recuperadas por uma psicologia cultural já estavam lá, nos primórdios, na segunda psicologia criada por Wundt (Cole 1996). Especialmente as funções psicológicas superiores (raciocínio, lembrança deliberada, linguagem) seriam estudadas por essa segunda psicologia, cujos procedimentos dependeriam da etnografia, do folclore e da lingüística (da cultura, em última análise).

Mas, depois de Wundt, e contra ele, o método experimental acabou sendo aplicado a todas as funções psicológicas. Uma das suas psicologias se sobrepôs e se contrapôs à outra, e o projeto de uma psicologia cultural referir-se-ia à reemergência de direções da ciência psicológica, por assim dizer, recalcadas. Cole o define como o estudo do papel da cultura na vida mental dos seres humanos. Ele não se satisfaz com o reconhecimento da atividade simbólica e material como campo propício ao reconhecimento da pessoa humana e à perquirição das suas ações e dos

significados que produzem a sua realidade, achando necessário postular uma mente que emerge, se constrói e se desenvolve no bojo da atividade humana. Isso, não obstante afirmar a unidade entre o material e o simbólico na cognição humana, que especifica mediante o conceito de artefato, amplamente entendido para incluir tanto ferramentas como brinquedos, línguas, crenças, produções artísticas, etc. Ou seja, variações fenomenais do significante (não reduzido ao signo lingüístico).

Para Cole, o contexto sociocultural é parte integrante do funcionamento mental. Já para Lacan, uma ciência construída com base na referência a uma suposta realidade mental não seria viável e cumpre indagar se poderia ser diferente no caso de uma psicologia cultural, se não pelo *parti pris* fenomenológico, nem sequer pela constatação de pesquisas transculturais na área de etnolingüística, que constataam a extrema restrição do termo *mind* à língua inglesa (Wierzbicka 1993), reconhecendo universalidade apenas a “pensamento”, pelas razões que induziram Lacan a abordar o segundo pelo viés do significante, repudiando a noção de um sujeito psicológico, poupando-se do psiquismo.

Pensar através das culturas com Richard Shweder

Para Shweder (1991), a psicologia cultural seria o estudo dos meios pelos quais tradições culturais e práticas sociais regulam, expressam e transformam a psique humana. A psicologia cultural seria uma disciplina híbrida. Por um lado, seria uma ciência natural, por admitir uma mente e um sistema nervoso muito plásticos e abertos, e, por outro, uma ciência semiótica, que advoga a existência de regiões semióticas do mundo, constituídas diversamente.

Aqui reside uma das suas teses mais interessantes. Nada existiria independentemente de uma interpretação teórica (o que denomina princípio da dependência do sujeito) e, portanto, todas as teorias são inerentemente indeterminadas relativamente aos fatos (o princípio de

indecidibilidade cognitiva). Afirmar ou negar dependeria crucialmente do ponto de nossa inserção neste mundo ou de nossa inserção noutro mundo. Pois não há lugar neutro nem fora de um mundo particular. Os diferentes mundos são mundos nos quais as coisas funcionam logicamente e, por isso, são compreensíveis e interpretáveis, mas ordenados em sistemas nos quais uma parte das proposições fundantes decorre de poderosas premissas imaginativas, nem obviamente falsas nem auto-evidentemente verdadeiras.

Segundo Shweder, se as pessoas vivem no mundo diferentemente, deve ser porque vivem em mundos diferentes, e não em diferentes cabeças. Para precisar a sua tese, contrasta o que denomina ateísmo ontológico com o que chama de politeísmo ontológico, cuja doutrina é uma idéia relativística de múltiplos mundos objetivos. Para os adeptos do primeiro, Deus está morto, a realidade é uma construção; para os segundos, o monoteísmo e o positivismo é que estão mortos, e a diferença cultural ilumina uma multiplicidade de mundos objetivos. Sublinha que o fato de não haver uma realidade uniforme (Deus, fundação, verdade) não significa que não existam realidades (deuses, fundações, verdades).

As coisas apenas existem em mundos intencionais; o que as torna intencionais é o fato de que essas coisas não existiriam independentemente do nosso envolvimento e reações a elas, bem como que exercem a sua influência nas nossas vidas por causa das nossas concepções a respeito delas... Realidades seriam produtos de taxonomias e de narrativas, na medida em que as coisas intencionais não têm realidade "natural" ou identidade separada dos entendimentos e atividades humanos.

Para Shweder, em última análise, a psicologia cultural estudaria os mundos intencionais: seria o estudo do funcionamento pessoal em mundos intencionais particulares e da manutenção interpessoal de qualquer mundo intencional; o estudo das realidades nas quais sujeito e objeto são tão interdependentes que necessitam um do outro para existir. Quanto à mente, não poderia se desembaraçar dos mundos intencionais nos quais joga uma parte co-constituente e compreende-se que, com uma tão radical

concepção de psíquico sem natureza, o autor advogue a necessidade de criar uma nova disciplina, em ruptura com a psicologia tradicional, ao contrário de Cole.

Mas se poderia perguntar: para que serve uma tal concepção de mente, tão pouco discernível ou indiscernível da esfera “objetiva” da ação humana e do sentido imanente às práticas sociais e às realidades dos mundos intencionais? Ela faz falta? Acrescenta o quê?

Discussão

A sombra do projeto cognitivo: pensar requer uma mente?

A jovem ou renascente psicologia cultural tem uma importante interlocução com a antropologia, como sempre foi o caso da psicanálise, sendo a referência contemporânea mais insistente a de Geertz (1989 e 2001). Para este, o

Pensar consiste não nos “acontecimentos na cabeça” (embora sejam necessários acontecimentos na cabeça e em outros lugares para que ele ocorra), mas num tráfego entre aquilo que foi chamado por G. H. Mead e outros de símbolos significantes – as palavras, para a maioria, mas também gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos como relógios, ou objetos naturais como jóias – na verdade, qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência. (1989, p. 33)

De acordo com Geertz, “[...] parece inteiramente errônea a opinião aceita de que o funcionamento mental é, basicamente, um processo intracerebral [...]” (1989, p. 56) e “[...] conceber o pensamento como um processo privado é ignorar quase completamente o que as pessoas fazem, na verdade, quando raciocinam” (p. 57). “[...] o essencial é a existência de um sistema simbólico visível” (p. 56).

Argumenta que não se pode pensar a mente como algo que eclode a partir de um determinado momento de evolução da espécie que

tenha levado ao aumento do cérebro, pois a cultura lhe é anterior e o mais provável é que tenha interferido nessa evolução:

O problema da evolução da mente, portanto, não é um falso tema gerado por uma metafísica mal conceituada, nem o caso de descobrir em que ponto da história da vida uma alma invisível foi sobreposta ao material orgânico. Trata-se de reconstituir o desenvolvimento de certas habilidades, capacidades, tendências e propensões nos organismos e delinear os fatores ou tipos de fatores dos quais depende a existência de tais características. (Ibid., p. 60)

Os circuitos neuronais intracranianos estariam abertos e dependeriam de processos semióticos e de informações culturais materialmente disponíveis no mundo na forma de símbolos significantes. Ou seja, na prática, é como se as sinapses dependessem de símbolos e ocorressem, em parte, do lado de fora do corpo, na vida social.

De qualquer modo, não obstante esta clara guinada da reflexão sobre a mente para fora da dicotomia entre orgânico e alma, numa direção cultural e semiótica assaz compatível com o espírito do lacanismo, a individualidade orgânica e a idéia de espécie biológica continuam importantes. Provavelmente, a preservação da noção de mente é uma evidência pelo avesso desse apego ao organicismo, à biologia e ao comportamental. O papel da análise semiótica parece limitar-se à descoberta dos significados sobrepostos como realidade humana e por si só não conduz a um reequacionamento do estatuto psicológico do sujeito.

A sombra das neurociências e da psicologia cognitiva paira sobre essa antropologia interpretativa e a correlata psicologia cultural, que com ela dialoga, impedindo-as de se desprenderem completamente de concepções psicobiológicas sobre a real natureza do sujeito, às quais sabidamente Lacan, não por propor outras, mas por descrever de qualquer acesso cognitivo aos bastidores da realidade, não precisou ater-se. A divergência de fundo não parece residir nos meios semióticos de produção de sentido e de reconhecimento do sujeito, mas, antes, no estatuto dessas produções: conhecimento ou mera atividade simbólica destituída desse estatuto?

Será que os processos semióticos de produção de sentido dependem de um sujeito que transcenda o campo dos seus efeitos ou poderia redefinir-se atividade significativa de maneira a prescindir da referência a uma mente, isto é, a um projeto cognitivo?

*A alternativa psicofóbica: psicanálise e antropologia
no limiar de uma nova psicologia*

Para Shweder, é possível formular uma psicologia cultural avessa ao psíquico, que mais propriamente identifica como etnopsicologia. Segundo ele, a etnopsicologia seria uma psicologia cultural sem nenhuma psique (1991). Psicologia cultural feita à medida do que interpreta como psicofobia, ou seja, a atitude cética em relação ao psicológico, advogada por aqueles que preconizam o saneamento das suas categorias, por interpretá-las como a produção moderna de uma noção de sujeito historicamente datada e condenada, comprometida com uma concepção de pessoa moderna e ocidental.

Uma importante etnopsicóloga, Lutz, não recusa a possibilidade de uma ciência psicológica universal, mas recusa esse estatuto ao vocabulário e saber produzidos numa cultura. Para ela, o ramo etnopsicológico de referência de uma cultura não seria um produto filosófico dela, mas o verdadeiro esqueleto das assunções cognitivas concretas que nela são possíveis (1988).

No conjunto, os autores que postulam a necessidade de desenvolvimento de etnopsicologias tendem a denunciar a circunstancialidade de noções caras aos psicólogos culturais, como *mind*, em contrapartida buscando apoio, principalmente, na distinção lingüística universal entre coisas e pessoas (Wierzbicka 1993).

Segundo Lutz (1985), são menos as pessoas empíricas e mais as imagens culturais de pessoa e a sua acomodação à realidade ou a acomodação da realidade a essas concepções que são relevantes do ponto de vista

etnopsicológico. A partir disso, podem-se deduzir psicologias locais, muito diferentes entre si, e frequentemente bastante divergentes do modelo “mentalista”, mesmo que repensado segundo as linhas de força da discussão crítica do conceito de mente, assimilada pelos psicólogos culturais.

A tarefa do etnopsicólogo seria examinar o que as pessoas dizem e fazem no seu cotidiano que indique que um sistema cultural de conhecimento e de interpretação de si e do outro está em funcionamento. Ou seja, reconstruir por dentro de uma cultura e por biografias concretas as representações de agentes, as suas classes e tipos (as formas culturais de se constituírem pessoas, sujeitos). A imagem cultural dos tipos de sujeitos, pessoas, pode referir uma interioridade psíquica ou um organismo em certos contextos, mas, dependendo das regras culturais em uso, das variações de mundos intencionais, também pode ser um nós, a terra, pássaros ou espíritos, deuses ou mortos.

Ou seja, o projeto etnopsicológico implica uma aposta na possibilidade de inferir as possíveis ou atuais posições da pessoa (do agente) mediante a reconstrução do sistema de regras que organizam as ações cabíveis de sujeitos no contexto de cada cultura ou mundo intencional, mas sem que isso leve – mais do que a um relativismo contundente (o que também é) – a qualquer validação cognitiva dos resultados desse mapeamento.

Administrar significados do sujeito (nas duas acepções) não é produzir conhecimento sobre o agente. Essa idéia vai ao encontro da tese lacaniana que especifica o sujeito na qualidade de suposto à produção de sentido, dependente do contexto sociocultural, sem precisar concebê-lo como um objeto empírico que pudesse ser cognoscível e dotado de vida psíquica, na acepção ocidental e científica do termo. Desse modo, se as relações e articulação da psicanálise lacaniana com a psicologia cultural parecem difíceis, na sua versão radicalizada e psicofóbica – a etnopsicologia – elas parecem promissoras.

Da realidade da narrativa à narrativa da realidade

A radicalidade do equacionamento do sujeito à revelia do psíquico e do mental – a não-restrição da significância ao verbal – tem importância também relativamente ao estatuto das realidades que se consubstanciam em mundos intencionais. Ao manter um certo privilégio pragmático da narrativa, no bojo de usos da linguagem, a psicologia cultural corre o risco de conceber o sujeito aprisionadamente ao enunciado narrativo explícito, verbal, confundindo-o com as personagens das entrevistas biográficas. Pode esquecer-se de que, uma vez que pensamento e realidade se permeiam à cultura, são construções históricas e, portanto, podem contar-se como histórias (Mageo 1996).

A narrativa está dos dois lados: do lado do agente que narra e do lado da construção de realidade em que se narra. A realidade, a sua construção, também é uma história, o que, de forma alguma, implica uma redução ao lingüístico, pois o significante, psicanaliticamente entendido, ou o símbolo significante, como o prefere denominar Geertz (1989), não é apenas verbal. O sujeito também se constrói em narrativas que o antecedem, dependentes de universos culturais específicos, que implicam etnopsicologias próprias (White e Kirkpatrick 1985). O contexto, o mundo intencional, também se insere num horizonte narrativo.

Há exemplos de análises nessa direção publicados em antropologia (Mageo 1996) e é bom recordar que o psicólogo Lacan já compreendia que a realidade vivida comportava uma arquitetura significativa moralmente significativa, embora o cabal entendimento da natureza da realidade como ação simbólica seja uma conquista da psicanálise não acaanhada em psicologia clínica. Esse ponto poderia ser um fator de salutar embate crítico entre a psicologia cultural, muito influenciada por teorias da linguagem marcadas pela pragmática e provavelmente pelo segundo Wittgenstein, com a concepção de significância propriamente lacaniana, mais afeita à linguagem do ser.

*O retorno do recalcado: a psicologia para a psicanálise
e a cultura para a psicologia*

À guisa de conclusão, no momento em que a cultura volta a ser um conceito central em psicologia, é importante averiguar se e em que medida ela pode co-habitar o mesmo espaço da mente e se é conveniente manter a noção de ação simbólica como um comportamento com significado, em vez de radicalizar o seu entendimento como qualquer processo semiótico, desapegado da idéia de mente e de qualquer correlato comportamental ou neurofisiológico. É na primeira direção que avançam os principais esforços epistemológicos dos psicólogos culturais aqui discutidos, mesmos que, para isso, precisem aparar as arestas de uma concepção de mente herdada das neurociências e da psicologia cognitiva, cujo fantasma ensombra a consolidação teórica da nova psicologia ou a correção de rumos da antiga.

Um passo que parece absolutamente consolidado é a renúncia a um ordenamento teórico que não reconheça e privilegie o estatuto do sujeito da psicologia como *someone* (pessoa), interlocutor que se narra, e não *something* (coisa), objeto que se comporta, enquanto, anteriormente, a maioria dos esforços psicológicos se dirigia a hábeis manipulações para transformar agentes em objetos. Mas, aparentemente, embora alguns (como Cole) reconheçam que o contexto invade e permeia as narrativas, aparentemente não levam totalmente em conta que, mesmo quando não é falado, o ambiente comporta significâncias, que não se falam, mas se atualizam, se recriam e se reproduzem cultural e historicamente (Bairrão 2003b).

Para poderem tratar o contexto dessa outra forma e reconhecer o sujeito fora do modelo psicobiológico que especifica a etnopsicologia moderna e ocidental, teriam de admitir a sua não-reducibilidade ao psíquico e muito menos à consciência. De certa forma, é isso que exige e impõe a noção de inconsciente, lacanianamente entendido como “coração falante do sujeito” (Lacan 1961-62, seminário do dia 10/1/1962).

Portanto, em vez de uma vaga e rala interlocução com a psicanálise, menosprezada na qualidade de caso ilustrativo de uma versão “naturalizada” do psicológico, segundo uma das feições que a disciplina assumiu na posteridade freudiana, a psicologia cultural poderia beneficiar-se de um diálogo em profundidade com Lacan no atinente à razão depois de Freud. Pois os limites do que possa ser admitido como pessoa e pré-concepções a respeito da sua natureza não parecem ter sido suficientemente pensados pela psicologia cultural até o momento. A psicanálise (lacaniana) poderia contribuir para um aprofundamento da análise a esse respeito.

Não obstante, nos antípodas do estranhamente íntimo, nas extremas fronteiras etnológicas do Outro, desenvolveu-se uma disciplina, uma variante psicofóbica (nos termos de Shweder) e radical da psicologia cultural que, ao se propor a reconstruir por dentro do universo simbólico as representações de posições subjetivas, pode estabelecer aproximações com uma psicanálise não reduzida ao estilo individualista burguês e confessional da psicologia clínica (Nathan 1995).

Caso um debate avance nessa direção, poderia legitimamente surgir a situação de repensar o estatuto da psicanálise lacaniana como psicologia. Não pelo fato de a primeira decidir ou ser levada a voltar à segunda (isso na prática já aconteceu, na orientação militante e infeliz das corporações lacanianas contemporâneas, que não conseguiram levar a sério o repúdio lacaniano ao psicológico), mas porque a psicologia se terá redefinido em torno da noção de pessoa, apenas determinável em culturas e ações simbólicas concretas, de maneira a excluir as razões da exclusão da psicanálise do seu âmbito.

Referências

Bairrão, José F. M. H. 2003a: *O impossível sujeito (1): implicações da irredutibilidade do inconsciente*. São Paulo, Rosari.

- Bairrão, José F. M. H. 2003b: "Raízes da Jurema". *Psicologia USP*, v. 14, n. 1, pp. 157-84.
- _____. 2004: *O impossível sujeito (2): implicações do tratamento do inconsciente*. São Paulo, Rosari.
- Bruner, Jerome 1990: *Atos de significação*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- _____. 2002: *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Cole, Michael 1996: *Cultural Psychology: a once and future discipline*. Cambridge, Massachussets/London, England, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Dieterlen, Germaine (ed.) 1973 [1971]: *La notion de personne en Afrique noire – Colloques Internationaux du Centre de la Recherche Scientifique*. Paris, L'Harmattan.
- Geertz, Clifford 1989: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- _____. 2001: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, Jacques 1961-62: *Le Séminaire IX: L'identification*, inédito.
- _____. 1966: *Écrits*. Paris, Séuil.
- _____. 2001: *Autres écrits*. Paris, Séuil.
- Lillard, Angeline 1998: "Ethnopsychologies: Cultural Variations in Theories of Mind". *Psychological Bulletin*, v. 123, n. 1, pp. 3-32.
- Lutz, Catherine 1985: "Ethnopsychology compared to what? Explaining behavior and consciousness among the Ifaluk". In: White e Kirkpatrick (orgs.) 1985, pp. 35-79.
- _____. 1988: *Unnatural Emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to western theory*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Mageo, Jeannette Marie 1996: "Spirit Girls and Marines: ethnopsychiatry as historical discourse in Samoa". *American Ethnologist*, v. 23, n. 1, pp. 61-82.
- Nathan, Tobie 1995: *Psychanalyse Païenne*. Paris, Odile Jacob.

- Shweder, Richard 1991: *Thinking Through Cultures: expeditions in cultural psychology*. Cambridge, Massachussets/London, England, Harvard University Press.
- White, George M. e Kirkpatrick, John 1985: *Person, Self and Experience: Exploring Pacific Ethnopsychologies*. Berkeley, University of California Press.
- Wierzbicka, Anna 1993: "A Conceptual Basis for Cultural Psychology". *Ethos*, v. 21, n. 2, pp. 205-31.